

Aprovada na 1069ª sessão

ALADI/CR/Ata 1066
2 de dezembro de 2009
Horário: 10h05m às 12h30m

ATA DA 1066ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Estrutura orgânica da Associação (ALADI/SEC/Proposta 304).
 4. Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/C.EC/I/Primeira Sessão Plenária (ALADI/SEC/di 2278 e 2285).
 5. Assuntos diversos.
 - O Comitê de Representantes recebe uma delegação da Associação de Funcionários da ALADI (AFALADI).
-

Preside:

REGIS PERCY ARSLANIAN

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas e Roxana Cecilia Sánchez (Argentina), Salvador Ric e Jenny Encinas (Bolívia), Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli e José Gilberto Scandiucci (Brasil), Andrés Rebolledo Smitmans e Constanza Alegría Pacull (Chile), Cielo González Villa (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Manuel Vitale Luiselle Vitale Manuel Luiselli Fernández e Ricardo Lozada Caballero (México), Emilio Lorenzo Giménez Franco, Raúl Cano Ricciardi e Roberto Pauly Fernández (Paraguai), Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Linda Rabbaglietti (Uruguai), Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral a.i.: Oscar Quina Truffa.

Subsecretário: Ricardo Hartstein.

PRESIDENTE. Bom-dia senhores Embaixadores, iniciamos a sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Temos a ordem do dia que submeto à consideração dos Representantes Permanentes.

A ordem do dia tem 5 pontos. Podemos aprovar? Então, aprovamos a ordem do dia.

Antes de continuar e oferecer a palavra ao Secretário-Geral sobre os Assuntos em pauta, gostaria, em nome de todos, de dar as boas-vindas à Embaixadora Digna Donado, a nova Embaixadora do Panamá junto ao Governo uruguaio e esperamos, de uma maneira muito ansiosa todos nós, que possa unir-se, quanto antes, à nossa Sala. Sei que a preocupação do Embaixador Franklin González é como vamos distribuir os lugares, mas, de todas formas, isso é o menos importante. O mais importante é que possamos ter a Embaixadora Digna Donado trabalhando e colaborando conosco no esforço de continuar em frente no nosso processo de integração latino-americana. Em nome de todos dou as boas-vindas à Embaixadora Digna Donado do Panamá. Muito obrigado, Embaixadora e bem-vinda. Obrigado.

Tem a palavra o Secretário-Geral a.i., para o ponto de Assuntos em pauta.

2. Assuntos em pauta

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. Temos uma breve lista de Assuntos em pauta. Cabe destacar que foi publicado o Relatório mensal sobre o comportamento orçamentário janeiro-outubro, como documento ALADI/SEC/di 2288. Temos também o Relatório da situação financeira da Associação em 31 de outubro, ALADI/SEC/di 2289.

Corresponde, ainda, mencionar o Convênio Interinstitucional de Cooperação para o Desenvolvimento da Biblioteca Virtual de Recursos para Pesquisa Econômica, ALADI/SEC/di 2293, e quero destacar sobretudo a solicitação de adesão da Nicarágua ao Tratado de Montevideu de 1980. O resto está em suas pastas como é de costume. Obrigado.

“1. Relatório mensal sobre o comportamento das despesas orçamentárias (janeiro-outubro 2009) (ALADI/SEC/di 2288).

2. Relatório da situação financeira da Associação em 31 de outubro de 2009 (ALADI/SEC/di 2289).

3. Convênio Interinstitucional de Cooperação para o Desenvolvimento da Biblioteca Virtual de Recursos para Pesquisa Econômica (BV-RIE) (ALADI/SEC/di 2293).

4. Avaliação do tratamento e grau de cumprimento sobre a notificação dos Acordos da ALADI à OMC (ALADI/SEC/di 2294).

5. Projeto de Regime Regional de Salvaguardas - implicações da aplicação de medidas de salvaguarda por desequilíbrios na balança de pagamentos global (ALADI/RN.RRS/II/di 1/Rev. 1).

6. Solicitação de adesão da Nicarágua ao Tratado de Montevideu 1980 - Compromissos e implicações institucionais (ALADI/SEC/dt 509/Rev. 1).

7. Impacto da adesão da Nicarágua ao Tratado de Montevideu 1980 no acesso aos mercados dos países-membros da ALADI (ALADI/SEC/di 2284).”

PRESIDENTE. Pergunto se há alguma observação. Não havendo observações, passaríamos ao ponto 3 da agenda.

3. Estrutura Orgânica e Funcional da Associação

... Para este ponto cedo a palavra ao Coordenador da reunião dos Representantes Alternos para informar sobre as deliberações, as discussões da segunda-feira, 30 de novembro passado. O Ministro Brito pode falar em espanhol.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente, tomo isto como uma instrução, tinha a intenção de falar em português mas seguirei sua orientação.

Muito brevemente, tenho que informar que a Reunião de Alternos realizou-se nesta segunda-feira 30 e, em relação ao tema em discussão sobre a Estrutura Orgânica da Secretaria-Geral da ALADI, o Grupo escutou uma apresentação do tema pela Secretaria-Geral da Proposta 304 e fez um primeiro intercâmbio de ideias sobre o assunto.

Neste intercâmbio escutamos alguns esclarecimentos da Secretaria-Geral em relação a pontos específicos da proposta em resposta a consultas das Delegações. Houve comentários tanto sobre a proposta de organigrama circulado pela Secretaria como sobre o texto do projeto de Resolução ou o anexo do projeto de Resolução onde são propostas definições das atribuições das Subsecretarias, Departamentos e os diferentes postos.

Foram discutidas diferentes alternativas de como manejar o tema, inclusive, quanto a saber qual a urgência dos diferentes elementos contidos na Proposta 304, foram solicitadas

algumas informações adicionais à Secretaria-Geral, em particular, foi pedida informação sobre o número de funcionários previsto para cada Departamento na nova proposta.

A Reunião de Alternos levou em conta o fato de que a atual Estrutura Orgânica tem vigência até 10 de dezembro, a semana próxima, e não houve consenso em relação à totalidade da forma de encaminhar o assunto, mas houve consenso quanto a trazer ao Comitê uma recomendação no sentido de adotar uma prorrogação da vigência da Estrutura Orgânica por um período de 3 meses e ficou entendido que neste período a Reunião de Alternos aprofundará a discussão sobre as diferentes alternativas, será mantido o tema em sua agenda, buscando chegar a uma definição aprovada por consenso sobre a proposta da Secretaria e esta é a recomendação dos Alternos, neste momento seria fazer uma prorrogação de 90 dias da atual estrutura. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Brasil. A Secretaria, seguindo a recomendação dos Representantes Alternos preparou um "Prometo de Resolução" com a prorrogação de 90 dias da atual Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria e isto porque como a vigência de atual Estrutura Orgânica termina dia 10, ou seja, em 7 ou 8 dias, então, pensou-se em prorrogar por 90 dias. Perguntaria, primeiro, se há concordância em prorrogar e, segundo, se há concordância também em prorrogar por 90 dias a Estrutura Orgânica. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Bom-dia a todos. Primeiro, agradecer o relatório do Coordenador da Reunião de Alternos, o esforço que fez no trabalho encomendado.

Segundo, manifestar que a Argentina está de acordo em prorrogar a Estrutura atual da Secretaria, assim expressamos na última reunião do Comitê e, terceiro, o prazo de 90 dias parece extraordinariamente curto e em um esforço de realismo, peço que proponhamos um prazo razoável para fazer este trabalho que não deveria ser inferior a 6 meses. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. A Argentina está de acordo com a prorrogação e propõe um prazo de 180 dias, ou seja, de 6 meses. Pergunto se há alguma outra Representação... A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Bom-dia e obrigado, Presidente. Nós estaríamos de acordo também com a proposta dos Alternos, o único que propúnhamos é, não sei se isso foi discutido ali, é que temos um mandado do Conselho de Ministros e devemos institucionalidade a isso, é o referente ao Grupo da Dimensão Social, temos o Grupo, mas não temos a conformação, então, gostaria de ter informação sobre isso porque creio que, como sabem todas as Representações, o Grupo tem trabalhado, tem se reunido várias vezes e há um plano de trabalho proposto, mas não temos o esquema elaborado do ponto de vista Institucional, então, gostaria de que esclarecessem isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Manuel Vitale Luiselli). Muito brevemente. Simplesmente perguntar por que 6 meses. Estamos de acordo com todos, 6 meses parece excessivamente comprido sobretudo que já o discutimos muito, gostaria muito de saber a razão dos 6 meses. Obrigado.

PRESIDENTE. O Brasil tem a palavra como Coordenador.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Gostaria de falar não como Coordenador agora, mas como Delegação do Brasil para manifestar que considerávamos adequada a proposta da Argentina de uma prorrogação mais ampla, estaríamos de acordo com os 3 meses, mas cremos que se houver consenso, como disse o Representante da Argentina, seria mais realista prever um prazo de 6 meses porque isto nos daria maior latitude, maior capacidade de aprofundar o tema no âmbito de Alternos e depois no Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. A Argentina tem a palavra, obrigado Brasil.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado. Quanto à consulta do Embaixador do México, acontece que, do nosso ponto de vista, os 90 dias que estão propondo se reduzem, em muitos casos, a 15 dias na prática, dado que estamos por iniciar o período de festas, de férias, portanto, invocamos o realismo e pensamos que é necessário prever que isto pode ser terminado só a meados do ano próximo. Obrigado.

PRESIDENTE. Equador por favor. Obrigado Argentina.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Coincido com o critério do México, que é uma dilação muito grande e mais com a tese que sempre propusemos que que este tema esteja unido a outros.

Se for prorrogado 6 meses, isso quer dizer que o resto dos temas também vai ser prorrogado, o tema do orçamento, os outros temas que foram falados. Se for prorrogado 6 meses eu também diria que tudo seja prorrogado os 6 meses, que não seja tratado nenhum tema econômico, financeiro, nada por 6 meses.

Creio que, convido e podemos fazê-lo na próxima independentemente do prazo que for aprovado de 3 meses a 6 meses. Prefiro 3 meses, solicito que na próxima reunião do Comitê tratemos este tema, não para resolvê-lo mas para uma reflexão inicial sobre a proposta e depois sobre essa discussão podemos continuar com base em algumas ideias do que se pensa, mas não congelar o pensamento por 6 meses e depois ver, creio que o problema da estrutura é o problema menos grave da ALADI, considero que é um assunto simples que poderíamos resolver se na próxima reunião do Comitê tratarmos o tema, resolvemos, que complicação.

De certa forma há mudanças de nomes, outros Departamentos e há um que tem, assim será postergado por 3 ou 6 meses, que tem que funcionar já e é encontrar os recursos humanos da seção, da área social da ALADI, isso não pode ser postergado 3 nem 6 meses, para isso devemos fixar uma estrutura, embora seja isolada porque isso é o que hoje mais pressiona de toda a estrutura, é algo que há mandatos e que não pode ficar separado o mandato do Conselho de Ministros e do Comitê sem que haja uma base real na estrutura, esse é o tema mais urgente, o resto poderá ser postergado.

Creio que isto é demais, devemos retomá-lo nas primeiras atividades do próximo ano e porque 6 meses, há temas mais profundos porque da estrutura, que é um assunto organizacional, vem algo que demandará mais tempo, um estudo dos recursos humanos da ALADI para ver como se relocar com base na estrutura que for aprovada. Se demandarmos 6 meses para a estrutura, quer dizer que necessitamos um ano para relocar os recursos humanos, uma política de recursos humanos, creio que é uma dilação muito grande e em todo caso, primeiro, as necessidades da reestruturação que tem que ir acompanhadas por recursos humanos para essa estrutura e tem que aproveitar os recursos humanos existentes, a princípio, para ver em que medida é possível satisfazer com os recursos

existentes que devemos fortalecer, mas não podemos, não devemos tratar isoladamente os diferentes temas e menos prorrogar este por tanto tempo, que é o menos importante dos temas, dilatá-lo tanto significa que os outros acabarão no próximo ano também sem enfrentá-los.

PRESIDENTE. O Paraguai tem a palavra. Obrigado, Equador.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. É para acompanhar a proposta da Argentina. Cremos que realmente não teríamos tempo neste fim de ano para dedicar-nos à reestruturação, em janeiro é período de férias. O mais realista é termos tempo suficiente para que trabalhemos nessa reestruturação, não obstante, creio que temos que incorporar a esta estrutura o tema da Dimensão Social, o Departamento que vem trabalhando já de maneira informal, creio que esta é a oportunidade de formalizar a criação desse Departamento e vejamos depois a estrutura a partir de fevereiro. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Paraguai. O Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Igualmente, Peru adere à proposta da Argentina que consideramos adequada e o mais realista possível.

Em todo caso, poderia, senhor Presidente, pôr até 180 dias, até 6 meses, o prazo não necessariamente tem que ser que o cumpramos, o prazo até 6 meses, não. Se terminarmos antes os trabalhos em boa hora, mas digo estabelecer um prazo de 3 meses, realmente o vejo muito complicado, é novamente renovar outra vez e o segundo, creio que o Coordenador do Grupo expôs com bastante lucidez, o tema é somente formalizar o tema da criação do Departamento, que certamente já vem trabalhando, já tem pessoal, a Secretaria-Geral na vez passada, na reunião de Alternos, explicou que este Departamento vem operando normalmente, o único é formalizar sua existência, nada mais, disso creio que estamos falando. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Peru. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Embaixador. Somente para apoiar a proposta da Argentina e, inclusive, com a variação proposta pelo Peru consideramos que é uma boa solução, é um prazo realista e que leva em consideração as apreensões de alguns países quanto a que o prazo poderia ser mais prolongado; até 180 dias parece a melhor das opções.

Com relação à criação antecipada do Departamento da Dimensão Social, cremos, como hoje outras Representações manifestaram, que o Departamento na prática está funcionando, portanto, não vemos uma necessidade imperiosa de criá-lo agora de maneira precipitada e talvez cremos que este novo Departamento não está no ar, inclui-se em uma estrutura e essa estrutura ainda não foi suficientemente conversada, portanto, criá-lo neste minuto com determinadas características creio que condicionaria a estrutura à que poderíamos chegar daqui a um par de meses. Portanto, não é momento de criá-lo, obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Chile. O Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti) Obrigado, Presidente. Nós também queremos apoiar a proposta da Argentina, que o prazo seja até 180 dias, não temos

inconveniente de já incorporar o Departamento da Dimensão Social, porque entendemos que se essa for estrutura hoje determinada, será trabalhada em sua totalidade com os demais Departamentos da Secretaria e entraria na análise sobre a nova estrutura. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Uruguai. A Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Bom-dia, senhor Presidente. Também aderimos à posição da Argentina considerando o tempo de fim de ano onde, na verdade, todas as atividades se paralizam, mas isto não significa que não teremos a urgência, que não devemos deixar de lado o tema da criação do Departamento de Dimensão Social, isso é um mandato e é necessário começar a trabalhar imediatamente. Essa é a posição da minha Representação.

PRESIDENTE. Obrigado. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, obrigado, Presidente. Bom-dia.

Nossa Representação também adere à proposta da Argentina com a anotação do Peru, de até 6 meses e, com relação ao Departamento de Dimensão Social, estamos em disposição de aprovar uma proposta criada de forma imediata cumprindo o Mandato do Conselho de Ministros. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Manuel Vitale Luiselli). Evidentemente estamos em minoria e vamos acompanhar, como nosso espírito, sempre de trabalho. Gosto muito do que diz o Peru, de um até e tomara tomemos com responsabilidade.

Se devo dizer, colegas, que argumentar que uma Instituição morre 3 meses ao ano é um argumento pouco elegante, entendemos muito bem que a sede da ALADI esta aqui no Uruguai e aqui estamos em uma região do mundo onde as férias são nesses primeiros meses do ano, mas em muitos outros países da ALADI não é assim e jamais argumentamos os que vimos do norte da região que em julho não se trabalha e esperamos que agosto e setembro.

É uma questão que devemos enfrentar, encarar e resolver, entendemos que há algumas semanas, em janeiro em todo o planeta onde a atividade diminui, mas colocar como argumento que aqui morre uma Instituição, que é de todos, que contribuimos todos, 3 meses cada ano, é um argumento que embora seja realista, é muito frágil e pouco defendível globalmente. Dito isto, aderimos à ideia dos 6 meses, não com gosto mas por chegar ao consenso e creio que o que útil e inteligente e sensivelmente disse o Peru, é uma boa solução porque teríamos que apressar as coisas ou em julho vamos estar pedindo mais tempo e não temos nenhum problema em aprovar já o Departamento Social porque é um tema muito importante para nós, um tema no qual temos trabalhado por muito tempo e é necessário que os funcionários trabalhem no tema social. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, México. Tem a palavra o Equador e com base no debate aqui, vou fazer uma sugestão para o Comitê. Por favor, Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, digamos, creio que há 2 consensos e adiro ao proposto pelo México, o consenso é prorrogar, mas há outro inicialmente proposto pelo Paraguai, é que a Dimensão Social deve ser formalizada porque

informalmente estáfuncionando, formalizar sua existência agora nesta reunião do Comitê e isso foi manifestado quase unanimemente e nisso sobretudo também estou de acordo com o que inicialmente foi proposto pelo Paraguai e assim acolhido pelos demais.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Visto que ninguém pediu a palavra, gostaria de lembrar ao Comitê que em 29 de abril do ano passado na Resolução 69 (XV), aprovada pelo Conselho de Ministros há quase 10 meses, vai ser quase um ano em 1 ou 2 meses, aprovou a Resolução 69 (XV) sobre os “Lineamentos para o desenvolvimento da Dimensão Social no processo de integração da ALADI” e como perguntou em princípio o Embaixador da Venezuela e como foi proposto por várias Representações, inclusive a do Peru, o segundo parágrafo, no segundo Resolve da Resolução consta:

“Encomendar ao Comitê de Representantes e à Secretaria-Geral a elaboração de um plano de ação.”

Isso está sendo trabalhado no Grupo de Trabalho, esta se trabalhando ativamente nisso e na criação de uma instância institucional específica na Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral, ou seja, em matéria de dimensão social, uma instância institucional específica, que sugeriria com base neste projeto, desta Resolução do Conselho de Ministros e com base nas discussões que tivemos aqui que se prorrogasse, que se adotasse um projeto que poderia ser acolhido, como disse o Equador, formalizando uma Resolução do Comitê na próxima reunião, vamos ter que realizar uma próxima reunião de Comitê ainda neste ano pela criação do orçamento. Poderíamos formalizar e aprovar uma Resolução que prorrogasse por 180 dias ou 6 meses a Estrutura Orgânica e que criasse esta instância institucional específica, ou seja, o Departamento sobre a Dimensão Social.

Com a criação do Departamento da Dimensão Social, creio que estaríamos atendendo com isso, dando cumprimento ao Mandato que nos deram desde abril passado nossos Ministros para criar uma instância institucional específica sobre a Dimensão Social e estaríamos também, creio como disse a Argentina, realisticamente trabalhando, dando um prazo maior e mais amplo para continuarmos trabalhando na questão da Reestruturação Orgânica e Funcional da Secretaria.

Essa é a minha sugestão, se houver um acordo do Comitê, pedirei à Secretaria que nos apresente antes da próxima reunião do Comitê um projeto de Resolução que prorogue por 180 dias e que crie o Departamento, gostaria de lembrar que há gente, como disse alguma Delegação aqui, que esta trabalhando já, que está dedicada ao trabalho da Dimensão Social, é um Chefe me falamos agora, podia até pedir ao Subsecretário Quina que o esclareça melhor, há um Chefe e 4 quatro pessoas que estão trabalhando, que se dedicam especificamente à questão da Dimensão Social, não é necessário não formalizar o Departamento sobre a Dimensão Social. Pediria ao Subsecretário explicar como está este núcleo dedicado à questão da Dimensão Social em sua Subsecretaria.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. Todas as atividades das tarefas próprias da Dimensão Social foram designadas para o Departamento de Cooperação e Estudos, onde há um Chefe, há 2 economistas trabalhando, há uma Secretária e ocasionalmente pedimos o apoio de uma Técnica, que é socióloga, de outro Departamento.

Agora independente disso como a Dimensão Social de alguma maneira atravessa horizontalmente outros Departamentos, como a Promoção do Comércio, também se utilizam horas-homem de outros Departamentos, agora isto nada inabilita a proposta que o senhor apresentou, Presidente, mas a coordenação feita e nisso o Coordenador de um Grupo de Trabalho, o Embaixador da Venezuela, entenderá que fizemos um esforço para

levantar o tema, está na mesa e há documentos que foram melhorados e trabalhados por todas as Representações. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Uma precisão que nos preocupa. Levando em conta as condições que haverá na semana próxima em que a maioria das Representações vão estar com complicações de trabalho importantes e que, portanto, não vamos poder reunir o Comitê de Representantes, pediríamos que fosse avaliada a possibilidade de aprovar hoje, se a Secretaria estiver em condições de distribuir uma proposta de Resolução, não sei se estaríamos em condições de aprovar hoje essa proposta que o senhor está fazendo, pelo que creio que estaríamos adiantando o tema.

Em segundo lugar, consideramos necessário um pronunciamento do Comitê, consideramos implícito na discussão de que a Reunião de Alternos, que é o Grupo designado para atender o tema da estrutura, estabeleça um ritmo de trabalho adequado para que possamos cumprir o término de até 6 meses que creio que era o consenso majoritário, possamos cumprir a análise da estrutura. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. O Subsecretário Quina diz que já está sendo elaborado o texto do projeto que prorroga a vigência da estrutura por 6 meses e cria o Departamento sobre a Dimensão Social e com isso cumprindo o mandato do Conselho de Ministros. Se pudermos aprovar hoje, melhor, terminaremos o ano com a consciência mais leve. Obrigado. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Presidente, proponho que vejamos o número 4 e, quando tenhamos o projeto, voltemos, para aproveitar o tempo.

PRESIDENTE. Muito bem, a Secretaria sugere fazer duas Resoluções diferentes, creio que é melhor assim.

Então, passamos ao ponto quarto da Ordem do Dia.

4. Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/C.EC/I/Primeira Sessão Plenária (ALADI/SEC/di 2278 e 2285).

...Tem a palavra o senhor César Llona, que vai falar sobre o ponto 4 da agenda, por favor.

SECRETARIA-GERAL (César Llona). Bom-dia, quanto a este tema, em cumprimento dos mandatos da Conferência de Avaliação e Convergência, durante a Primeira Sessão Plenária declarada em intervalo, em seu primeiro período de sessões ordinárias, a Secretaria-Geral elaborou 3 documentos.

O primeiro foi o documento identificado como ALADI/SEC/ di 2278, o aide-mémoire da Sessão Plenária do Primeiro Período de Sessões Ordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência, publicado em 16 de outubro de 2009, é um documento que explica brevemente o desenvolvimento da reunião, em anexo constam as propostas apresentadas pelas Representações e apresenta-se um quadro comparativo elaborado em 1º de outubro pela Secretaria-Geral, em relação àquelas propostas apresentadas nessa data e finalmente nesse documento são detalhados os mandatos para a Secretaria-Geral e encaminha-se cópia das Resoluções emitidas pela Conferência durante essa sessão.

O segundo documento que foi encarregado à Secretaria-Geral foi a Ata desgravada com registro das participações, o registro completo das participações das Delegações durante a Conferência de Avaliação e Convergência; esse documento foi distribuído em 16 de outubro.

O terceiro documento é ALADI/SEC/di 2285, o último dos documentos elaborados pela Secretaria-Geral encarregado pela Conferência de Avaliação e Convergência, é o relatório da mencionada Sessão Plenária, esse documento foi publicado em 10 de novembro de 2009 e nele consta um levantamento sobre as intervenções orais e as propostas apresentadas por escrito durante a Primeira Sessão Ordinária da Conferência.

A segunda parte desse documento incorporou, ainda, um quadro com as propostas e as intervenções tanto escritas quanto orais categorizadas segundo o tema do qual se encarregam. A finalidade de fazer este quadro comparativo foi que as Delegações pudessem fazer uma apreciação global das posições ou propostas dos países sobre cada um destes temas. Os temas identificados foram os seguintes: marco conceitual, critérios gerais, acesso a mercados, normas e disciplinas, tratamentos diferenciais, matérias complementares, outros temas, integração física e facilitação do comércio, promoção do comércio, fomento da integração produtiva e apoio das MPMEs e pequenos produtores, complementação econômica e cooperação, dimensão social e sistema de avaliação dos resultados da integração.

Aqui devemos mencionar que a Secretaria elaborou o relatório e a categorização com base no que estimou, constituíram os pontos centrais em cada participação e proposta, no entanto, a transcrição completa como mencionamos consta na Ata indicada que foi publicada.

Todos estes documentos estão na página *web* criada especialmente para a Conferência e os dados para acessar esta página *web* foram oportunamente difundidos às Representações de forma a que, tanto as Representações aqui em Montevideu, quanto os Delegados da Conferência em Capital, possam acessar fácil e rapidamente os mesmos.

Finalmente gostaria de detalhar algum dos pedidos da Conferência ao Comitê de Representantes como órgão permanente.

A Conferência no momento de constituir a Comissão de Coordenação prevista no Artigo 13 de seu Regulamento aprovado por Resolução 18 (I), com o objetivo de continuar analisando os temas de agenda, assinalou que a Comissão deveria ser convocada por meio do Comitê de Representantes durante o primeiro trimestre do ano 2010, esse é um dos encargos e o segundo refere-se ao Regulamento da Conferência, algumas Delegações, especificamente Bolívia e Peru, fizeram observações ao projeto apresentado pelo Comitê, pelo que durante a reunião da Conferência decidiu-se aprovar esse regulamento para o atual período de sessões sendo que essas observações seriam objeto de análise pelo Comitê de Representantes, a fim de proceder à sua incorporação posterior. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria. Algum comentário. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, para agradecer à Secretaria a apresentação do relatório.

Efetivamente, recebemos os documentos na nossa Representação, enviamos à Capital e estão sendo processados em função da próxima reunião da Conferência, do cancelamento do intervalo e do funcionamento da Comissão de Coordenação.

Creemos que deveria ser definida uma instância do Comitê que pudesse organizar a Conferência, ou seja, organizar a próxima reunião, de alguma maneira, criar as condições para que a Comissão de Coordenação pudesse reunir-se e também atender a solicitação que em relação ao Regulamento existe para transmitir ao Comitê uma solução ou uma proposta de solução para o Regulamento que se possa depois enviar à Comissão de Coordenação. Nós proporíamos que fosse o próprio Grupo de Alternos se o Comitê considerar assim. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Alguma outra observação? Não havendo outra observação, passaríamos ao ponto 5. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Gostaríamos de saber se há alguma definição diríamos sobre a rota, o caminho que continuaríamos com referência à Conferência. Se entendermos que se derive a Alternos e se há a intenção de iniciar as discussões sobre estes 2 encargos indicados pela Secretaria-Geral na sua última intervenção, ou seja, encargo no sentido de que ficava pendente, o intervalo encerra-se com a Comissão de Coordenação, mas é mediante o Comitê e consideramos que há algumas coisas para organizar e o tema do Regulamento, se essa for a rota adequada, isto é, como preparar como fizemos aqui no Grupo de Alternos se é a instância e depois deixar critério do Comitê quando se encerra o intervalo.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O Peru tem a palavra e o Brasil depois.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Somente uma sugestão, senhor Presidente, sobre este tema. No âmbito dos 2 desafios ou passos que temos que dar quanto à Conferência, é importante destacar, senhor Presidente, que o Comitê não tem entre suas funções discutir, revisar, analisar, nem avaliar o que faz a Conferência.

A Conferência, conforme o TM 80, é um órgão superior ao Comitê e eles definirão só alcances da temática, da agenda que têm eles, portanto, embora estejamos de acordo em que o tema da convocatória e o regulamento possa ser perfilado por Alternos, este exercício não pode interferir nem transformar-se em um elemento de avaliação da Conferência de Avaliação e Convergência. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Vamos distribuir o primeiro Projeto de Resolução, como disse, seriam 2 projetos de Resolução sobre a Estrutura Orgânica. O primeiro que prorroga por 180 dias a Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral. Já estamos preparando o segundo projeto de Resolução criando o Departamento sobre a Dimensão Social sob a Subsecretaria do Subsecretário Quina. Tem a palavra o Brasil.

Representação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Quanto ao tema da continuação dos trabalhos da Conferência de Avaliação e Convergência, pensaríamos que talvez a tarefa mais importante para este Comitê, à qual poderíamos dedicar-nos quanto antes, seria a convocatória da Comissão. Isso é o que ficou pendente e não vejo razão para não tentarmos definir, quanto antes, uma data, para quando seria convocada a reunião da Comissão.

Quanto à preparação que se pode fazer no Comitê, a Delegação do Brasil não teria problemas em trabalhar para estabelecer alguma instância adequada. Há papéis que foram distribuídos, há propostas e sempre será útil que as Representações, embora em uma instância informal, possam procurar uma aproximação e um detalhe também das propostas, isto poderia ser útil para preparar substantivamente o trabalho para o momento em que se reúnam novamente os Órgãos da Conferência.

Em relação ao tema do Regulamento, não sei se isto ficou totalmente claro mas a Delegação do Brasil considera que a Conferência adotou seu Regulamento para este período de sessões, então, o Regulamento está vigente e não é uma tarefa, ou seja, há propostas ou pode haver outras propostas de mudança no regulamento, mas isto seria para futuros períodos de sessões da Conferência, se houve intervalo, considera-se que a Conferência continuará tendo sessões com o mesmo Regulamento que adotou ao começar seus trabalhos, então, não consideramos que a discussão sobre o regulamento seja condição necessária ou prévia para a realização e a convocatória da reunião da Comissão de Coordenação. São os pontos que queríamos comentar. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Federico Villegas). Muito obrigado, Presidente. Juntando as intervenções do Peru e algumas das recentes afirmações do Brasil, coincidimos em que este Comitê quanto à Conferência tem que limitar-se a fazer o que pode fazer e o que pediu a Conferência que façamos e nesse sentido o “Resolutivo” 2 da Resolução 19 (I) da Conferência, o papel que dá a nosso Comitê é ajudar a Conferência como convocando, porque não é um Órgão que tem sessões de maneira permanente, fisicamente somos nós, que nós convoquemos durante o primeiro trimestre de 2010 a essa primeira sessão da Comissão de Coordenação.

Mas em função do Regulamento em vigor, como disse o Brasil, existe uma autoridade da Conferência que continua sendo a autoridade da Conferência, que é o Embaixador Representante do Uruguai e, por sua vez, em função do regulamento, o mesmo Embaixador do Uruguai, que é Presidente da Conferência, é o Presidente da Comissão de Coordenação.

Consta no próprio Regulamento, portanto, consideramos que devemos, como disse Peru, deixar que a Conferência tenha suas autoridades, seus ritmos, sua agenda, seu desenvolvimento e nós, no Comitê, facilitamos seu trabalho, no programa orçamento, aprovando todas as reuniões que possamos em função das decisões de Coordenação e Comissões de Trabalho e fazendo as consultas necessárias para esta primeira reunião da Comissão de Coordenação.

Portanto, coincidimos, não deveríamos entrar em uma discussão do regulamento, simplesmente em Alternos consultar -na agenda de Alternos- qual a melhor data para essa primeira reunião de Coordenação para o qual precisamos que o Embaixador do Uruguai também indique em função de sua agenda e sua habilidade e suas consultas com os outros Chefes de Delegação da Conferência, não necessariamente coincidem em todos os casos com os Chefes de Delegação do Comitê e creio que é muito sadio o que diz o Peru sobre começarmos a mentalizar que este é um ente separado que tem seu próprio ritmo, suas próprias normas e sua própria agenda como consta no Tratado e na Resolução. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor. Totalmente de acordo com o Brasil e a Argentina. Creio que o Comitê somente deveria se dedicar à convocatória e o ideal seria que fosse no final de março, senhor Presidente, devido a que primeiro de março tem que assumir o novo Governo, há Delegações que realmente têm o tema bilateral também e creio esse tempo vai nos concentrar um espaço importante no nosso trabalho.

Quanto ao Regulamento, senhor, com vistas a facilitar este tema, digo, obviamente sem poder ser tratado neste âmbito porque não é nossa competência, senhor, o que poderia fazer a Representação do Peru e as outras Representações que creio que foi a Bolívia, é dirigir uma mensagem aos Plenipotenciários que formularam suas dúvidas sobre o Regulamento a fim de que estes Plenipotenciários enviem as observações por escrito e alcancem as diferentes Representações com vistas a agilizar, no futuro, este tema antes de começar. Sem dúvida, como manifestaram Argentina e Brasil, senhor, o Regulamento está vigente, o único é que no início da seguinte sessão, certamente os Plenipotenciários terão que tratar este tema antes do início dos debates a fim de fazer as modificações, com vistas essa meta, senhor, o Peru poderia adiantar, poderia solicitar essas observações para que as Delegações o tenham antes, para que os Plenipotenciários saibam estritamente antes do início dos debates. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Pergunto se não poderíamos, a partir de agora, combinar, creio que seria muito cedo para estabelecer uma data para a reunião da Comissão, para a constituição da Comissão de Coordenação; o qual poderíamos combinar, que talvez a primeira reunião do Comitê de Representantes já teria na sua agenda, a primeira reunião do Comitê de Representantes de 2010, seria a primeira reunião em janeiro, já teria em sua agenda a questão da constituição da Comissão de Coordenação e aí decidiríamos uma data e estabeleceríamos uma data para a constituição da Comissão de Coordenação, esta é a minha sugestão. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigado, Presidente. Na verdade, aderimos à proposta, inclusive, creio que o Peru disse que tinha uma data para final de março e a razão é a seguinte: temos um marco definido na Resolução 19 (I), se não estiver errado, sobre a Conferência que é no primeiro trimestre, sabemos o que vai acontecer em alguns meses e mais ou menos temos uma ideia da data em que começa a funcionar o Comitê de Representantes no final de janeiro, princípio de fevereiro aproximadamente e nossos Plenipotenciários, creio que as equipes que possam acompanhá-los, creio que devem ter tempo suficiente para preparar os materiais e entrar em situação de conectar a primeira reunião com esta segunda reunião. Nós estaríamos em condições de definir alguma data do final de março para as reuniões. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Realmente nada impede que definamos desde agora. Pergunto se podemos dar 2 datas alternativas porque também temos que consultar os nossos Plenipotenciários, é com base na sugestão de ter no final de março, dia 17 ou 24 de março, que são duas quartas-feiras, podemos pensar nessas 2 datas para constituir a Comissão de Coordenação, 17 ou 24, está bem assim? E na próxima reunião do Comitê aprovaríamos, então, creio que tem que ser uma Resolução? Pergunto ao Brasil, tem que ser uma Resolução determinando as datas de constituição?

Poderíamos, então, elaborar um projeto de Resolução para a próxima reunião do Comitê, ainda neste ano para definir ou dia 17 ou 24 de março, para a constituição da Comissão de Coordenação.

Enquanto isso, pediria à Secretaria distribuir também o segundo projeto de Resolução para hoje, que cria o Departamento da Dimensão Social. Com isso teríamos já os dois projetos de Resolução, um prorrogando por 180 dias a Estrutura Orgânica e outro criando, segundo instruções dos nossos Ministros, criando uma instância institucional específica para a Dimensão Social. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Uma pergunta e uma precisão. A pergunta é por que a ata é 11 de dezembro e não a data em que está sendo aprovada, a data de hoje... ah porque é até 10 certamente a vigência da atual. Obrigada. E uma precisão, ou seja, entendemos que era até 180 dias, não sei se esse era o consenso ou por 180 dias.

PRESIDENTE. Na verdade não vejo nenhuma diferença, nada nos impede trabalhar, mas até creio que “por” uma coisa mais precisa, se preferir “até”...Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Gostaria de fazer um pequeno... O Brasil está de acordo com os dois textos, apenas um pequeno comentário sobre a proposta quanto à criação do Departamento Social.

Na proposta distribuída consta que o Departamento estaria sob a dependência da Subsecretaria de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs. Isso talvez reflita uma situação de fato em que há alguma repartição ou divisão de trabalho entre os dois Subsecretários, mas se eu não estiver errado, creio que na estrutura atual vigente, cuja vigência está sendo prorrogada, não há uma separação formal de Departamentos entre as duas Subsecretarias, então, creio que o texto poderia limitar-se a afirmar que resolve criar o Departamento da Dimensão Social ponto e o demais continuaria sendo tratado como todos os demais Departamentos no funcionamento normal da Secretaria-Geral. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Brasil. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Sim, obrigada, senhor Presidente. Do que falamos pelas Delegações, eu entendi que se prorrogava, ou seja, não que se prorrogava, que a estrutura da Associação seria desenvolvida em 180 dias, a partir de 10 de dezembro.

Se dissermos que se prorroga por 180 dias ou até 180 dias, estamos dizendo, pelo menos, em espanhol que retomaremos a discussão da estrutura da Associação 6 meses depois a partir de 10 de dezembro. Então, quero fazer essa precisão porque considero que deve constar, no parágrafo, o resolve: Efetuar ou desenvolver, ou como for essa palavra, a vigência da Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral nos 180 dias, contados a partir de 11 de dezembro, depois do esclarecimento do Subsecretário. Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Não é a primeira vez que prorrogamos, já prorrogamos antes e a linguagem da prorrogação anterior era igual, ou seja, prorrogar a vigência da Estrutura Orgânica, por isso, adotamos a mesma fórmula da vez anterior. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Federico Villegas). Muito obrigado, Presidente. Aproveitando que está a Assessora Jurídica da Organização na Mesa, por seu intermédio gostaríamos de fazer uma consulta quanto ao tema do estabelecimento do Departamento da Dimensão Social.

Perguntamo-nos se o que corresponde é que no Comitê estejamos criando uma instância que é interna da Secretaria-Geral, se o que corresponde não é que como Comitê encomendemos ao Secretário-Geral estabelecer o Departamento ou se nós no Comitê diretamente criemos uma instância interna da Secretaria-Geral e essa é a consulta. Obrigado

PRESIDENTE. A Consultora Jurídica tem a palavra.

SECRETARIA-GERAL (Magdalena Pereira). Obrigada, Presidente. Respondendo a consulta do Delegado da Argentina e levando em conta as atribuições dos órgãos da Associação, no caso da Estrutura Orgânica e Funcional, é o Comitê de Representantes que estabelece a estrutura, incluída a criação dos Departamentos.

No caso da Resolução 296, a atual vigente, se foi estabelecido no Artigo Terceiro, ainda estando já estabelecidos os Departamentos delegados ao Secretário-Geral em um prazo determinado, adotar as medidas administrativas requeridas para a aplicação dessa Resolução, inclusive, a distribuição das funções dos Departamento. Quer dizer que, na verdade, na nossa Estrutura Orgânica e Funcional vigente, o Comitê de Representantes aprovou toda sua estrutura, incluída a criação dos Departamentos. O que delegou ao Secretário-Geral foi o estabelecimento das funções e atribuições do que chamavam o terceiro nível, ou seja, a especificidade ou as características das funções do Departamento, não função em si mesmo, ou seja, é uma atribuição do Comitê, mas obviamente se o Comitê considera que deve delegar alguma dessas atribuições na Secretaria, isso também está na órbita deste órgão político. Obrigado.

PRESIDENTE. Pergunto, então, se podemos aprovar os 2 textos, os 2 projetos de Resolução como estão. Eliminaríamos toda a frase sob a dependência da Subsecretaria, ou seja, constaria apenas "criar o Departamento da Dimensão Social". Escuto a Argentina falando na Estrutura Orgânica e Funcional. Criar o Departamento da Dimensão Social na Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral. Está bem assim? Estamos de acordo? Então, podemos aprovar o projeto de Resolução que digo novamente que resolve criar o Departamento da Dimensão Social na Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral. O Chile está pedindo a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Sim, obrigada, Presidente. Agradeceríamos que fosse mencionado "na Estrutura Orgânica e Funcional vigente". Obrigada.

PRESIDENTE. Então, agregamos a palavra vigente. É possível aprovar? Aprovado, então, o Projeto de Resolução e aprovamos também o outro texto que prorroga por 180 dias? Então, aprovado também o outro projeto de Resolução. Temos 2 projetos de Resolução aprovados.

A Secretaria pede para fazer um comentário. Sugere a Secretaria que fique na Ata, que as funções e as atribuições do Departamento serão definidos e determinados pela Secretaria-Geral. Está bem assim? A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA. (Federico Villegas). Sim, tem a ver exatamente com o que o senhor acaba de dizer e de expressar, Presidente, e a consulta é: ao ter criado na estrutura vigente o Departamento, levando em conta que o Subsecretário Quina nos informou sobre instância existente e que atua como Departamento é, na verdade, outro Departamento, isto é, hoje o que está atuando como Dimensão Social, conforme nos indicou é o Chefe do Departamento de Cooperação, tem outro nome. Então, a pergunta é

que ao criar isto na estrutura vigente, estamos modificando, de fato, a estrutura vigente. Estamos dizendo à Secretaria que deixe sem titular o Departamento de Cooperação porque vai ter outro Departamento separado que vai ser Dimensão Social ou estamos dizendo que esse Internacional se encarregue dos 2. Digamos, de qualquer forma, nós talvez poderíamos pôr outro artigo nessa Resolução, onde encomendamos que algum tipo de adequação terá de fazer embora façamos na estrutura vigente. Gostaríamos de saber qual a opinião da Secretaria, quais vão ser essas adequações. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, obrigado, Argentina. Creio que essa é a atribuição da Secretaria. Eu faria constar na Ata que corresponde à Secretaria definir as atribuições. Tem a palavra, de todas formas, o Subsecretário.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. No mesmo sentido, digamos. De fato, o título da Resolução, menciona-se Modificação da Estrutura Orgânica. Estamos fazendo isso agora, internamente teremos que definir e trabalhar em detalhe digamos as especificações dos cargos. Nesse instante estaremos em condições de se vai ter um único Chefe, se vão ter 2 Chefes, se o Departamento que hoje dia esta levando o tema vai ter 2 sessões, em fim, neste momento não tenho mais imaginação do que isso, mas a função criado o Departamento, obviamente que isto está para unir com o resto da estrutura quando terminarmos de vê-la completamente, essa parte digamos já tenho muito clara, agora obviamente que vai ter um reajustamento e esse reajustamento se verá em função dos restos da estrutura, isso é o único que posso aventurar como uma opinião hoje e obviamente qualquer coisa que se faça, vai ser levada a Alternos ou ao Comitê de Representantes, obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Então, como tínhamos acordado, estão aprovados os 2 projetos de Resolução. Passamos ao ponto 5

5. Assuntos diversos

Em Assuntos diversos; enquanto esperamos a elaboração dos 2 projetos, discutimos os pontos 3 e 4; a Secretaria informa que um representante da AFALADI gostaria de falar aqui, uma apresentação rápida sobre a situação econômica dos trabalhadores, dos funcionários da ALADI. Pergunto se o Comitê estaria de acordo com que a AFALADI fizesse uma apresentação aqui. Estamos de acordo? Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, obrigado, Presidente. Gostaríamos, independentemente de que não temos inconveniente em escutar novamente os funcionários da AFALADI, temos total consciência da situação, gostaríamos de falar e intercambiar, no Comitê, alguns pontos nos que estamos imersos antes de concluir as sessões deste âmbito, tanto na Reunião de Alternos, como na Comissão de Orçamento e francamente um desses pontos é o tema da política salarial que se deve adotar ou uma solução para a situação ou as reclamações salariais que justamente os funcionários solicitando e, quanto a isto, o Comitê fez uma vinculação com a decisão ou o pronunciamento do Tribunal Administrativo da Associação.

Então, obviamente nós, na Comissão de Orçamento, creio que estamos fazendo esforços de ajuste de orçamento, pelo menos segundo a minha Representação, que nos permitam afrontar estas petições, estas necessidades dos funcionários. Consideramos como uma ação efetiva a aprovação deste Comitê do aumento do salário às categorias mais baixas, ou seja, uma ação efetiva que aumentou em 20, um 14 e em aproximadamente 8% os salários destas categorias mais baixas. Estivemos falando, em algumas instâncias, sobre a possibilidade de enfrentar, de que a partir das condições que

tem a Associação quanto à impossibilidade de aumentar suas contribuições, pelo menos, para o exercício 2010 e sem indicação das nossas Capitais de fazê-lo em 2011, de enfrentar esta problemática por etapas e, nesse sentido, gostaríamos de compartilhar nossa ideia de advogar, de alguma forma, para encontrar uma solução definitiva em uma segunda etapa para o quadro de pessoal.

Isto é, a partir das condições que temos, que a Comissão de Orçamento se dedique, de alguma forma, a encontrar ou localizar ou identificar os itens ou as economias que possam permitir dar uma solução estável nesta segunda etapa e a partir, repito, das condições que temos hoje, dar uma solução viável para o quadro de pessoal na perspectiva obviamente de abranger em uma terceira etapa todos os funcionários, incluídos os internacionais que suponho francamente que não poderiam ser atendidos de forma imediata ou mediata porque já imediatamente atendemos os primeiros, os funcionários mais afetados e, por outro lado, que na Reunião de Alternos que estamos vendo de alguma maneira, estamos vinculando de alguma maneira a decisão do Tribunal Administrativo, dediquemo-nos a encontrar uma política, a desenhar uma proposta de política salarial que permita estabelecer de acordo com o que a Comissão de Orçamento possa definir, permitam-nos estabelecer as percentagens em que é possível fazer esse aumento mas como muitas Representações neste Comitê manifestaram em várias oportunidades, estejamos dando uma solução definitiva a esta situação. Essa é a nossa proposta para conversar, Presidente, deixamos na mesa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González). Obrigada, senhor Presidente. Somente quero perguntar a todas as Delegações, porque muito certamente o que a AFALADI vai manifestar, creio, e estou me adiantando aos fatos, é o assunto do bônus que eles têm solicitado e sobre o qual não existiu consenso na mesma Comissão de Orçamento, onde acordamos fazer o reajuste da escala dos salários mais baixos, que foi aprovado no Comitê passado, mas não houve consenso da maioria dos países quanto a outorgar o bônus, visto que é necessário fazer uma política de ajuste integral com fundamento na demanda, onde já houve uma Decisão e que ordena fazer o ajuste salarial de acordo com um projeto que teremos que estudar, tanto em Alternos quanto na Comissão de Orçamento.

Mas pergunto ao Comitê se estamos de acordo em assumir uma posição hoje para que possamos outorgar aos empregados da ALADI esse bônus que estão solicitando para enfrentar as despesas devido à queda do dólar, esclarecendo que nossa Representação e outras temos estado de acordo com o ajuste salarial dos cargos mais baixos e também do outorgamento do bônus na forma e termos manifestados. Portanto, poderíamos ter hoje neste Comitê uma longa discussão e se mantivermos a mesma posição, vai ser uma voz no deserto que os membros da AFALADI venham manifestar o que já todos nós conhecemos, sabemos, e que obviamente estamos perto de 31 de dezembro, está acabando o ano, eles estão pedindo ajuda para dizer: por favor que não acabe o ano sem que seja resolvido o tema do bônus e tenho quase certeza de que vão manifestar isso, pelo qual os convido a que, enquanto chegamos a esse ponto, reflitamos sobre se estamos em condições de aprovar ou não esse bônus, para falar-lhe de uma vez: neste ano não se aprova e continuaremos trabalhando nesse tema na Comissão de Orçamentos, no Grupo de Alternos e obviamente trabalhando no sistema de ajustes que é o que nos ordenou o Tribunal que foi solicitado pelos Funcionários para esse fim, basicamente é isso. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia. A Venezuela tem a palavra. Gostaria de lembrar ao Comitê que estamos em assuntos diversos. Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Sim, minha intervenção inicial era para dizer, Presidente, que este tema que a Representação da Venezuela apresentou na reunião de Alternos, que seja um tema para o Comitê de Representantes, além disso, neste momento quando aparece em assuntos diversos sem ter, pelo menos, uma antecedência que íamos tratar isto, talvez não sabíamos claramente que a AFALADI ia pedir isto, a nossa Representação gostaria de que estivesse o Chefe da Representação para receber, se houver consenso, a AFALADI.

Lamentamos muito que em assuntos diversos apresente-se esta situação porque meu Chefe teve que ir embora devido a um compromisso e realmente é um tema que por sua suscetibilidade, na nossa Representação tinha sido reservado o manejo, diretamente com o Chefe de Representação e neste momento simplesmente escutaria as outras Representações porque não vou cair na tentação de responder a pergunta da amiga da Representação da Colômbia porque creio que nos estaríamos antecipando a uma discussão que ainda não temos como tema aqui em assuntos diversos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Estamos adiantando alguns temas e temos que dizer que o Tribunal arbitral nos comina, quase nos ordena a que a ALADI assuma uma solução de algo que foi postergado quase 30 anos, que não existe um critério para ajustes de salários, seja qual for, e creio que esse é o tema de fundo que amanhã ou hoje devemos tratar, porque a mesma Resolução diz que está em desacordo que continuem as soluções transitórias, chame-se bônus ou qualquer outra. Creio que é nosso compromisso, inclusive, falamos em algum momento que aprazamos as decisões para conhecer o que propõe o Tribunal Arbitral e adiantando uma solução nesse tema sem que seja obrigação que este Organismo Internacional o acolha.

Creio que uma boa solução no tema permanente é que o ajuste de salários, o ajuste de retribuições para o quadro de pessoal, não internacional, poderíamos acolher com base no que determina o Conselho de Salários que existe no Uruguai, porque há várias pautas, poderíamos acolher o das Nações Unidas ou qualquer sistema, mas existe um Organismo aqui que estuda a situação uruguaia, que estuda o aumento de salários do Uruguai e há interesses diferentes, os interesses dos trabalhadores, dos empresários e também o interesse do Estado uruguaio que anualmente fixa uma deterioração ou uma necessidade de que aumentem os salários e as retribuições.

Creio que uma solução permanente e imediata que poderíamos acolher hoje, se existir vontade, é anualmente incorporar o aumento dos salários, retribuições do quadro de pessoal, não internacional, com base no que determina o Conselho de Salários que ainda isto em uma forma dizem 6, 6 e meio, 5% anual, acolher quando sair este critério para cada próximo ano e que isso seja aplicado ao pessoal da ALADI. Isto, digamos é uma proposta, não estou de acordo, como manifestei quase 20 vezes, com os bônus sobretudo quando se manifesta que era por última vez, como constava na Resolução de um ano atrás.

Aprazamos isto para tomar uma Resolução definitiva e existe alguma solução e eu proponho esta, acolher-nos ao que dispõe o Conselho de Salários, tomar como árbitro cada ano o que o Conselho de Salários estabeleça que tem se desvalorizado os salários, se desvalorizou o dólar, etc, e que essa porcentagem a acolhamos no pessoal da ALADI. Creio que isso é uma solução permanente e não devemos fazer estudos nas Nações Unidas nem em nenhum Organismo particular onde há interesses, interesses parciais de um setor, no Conselho de Salários estão integrados todos, possivelmente todo o mundo fique insatisfeito, os empresários podem crer que é muito, os trabalhadores podem crer que

é muito pouco, mas está o Estado presente que considera que não pode aumentar uma quantidade desmesurada porque isso desequilibra o orçamento do Estado. Situação, digamos, inadequada que tem funcionado na ALADI, é que não cumpriu a Resolução oitava há quase 30 anos, que simplesmente algum sistema de salário e eu creio que esse é o mecanismo mais sensato, produto de discussões internas do país, de todas as forças sociais e produtivas, e que nós poderíamos acolher.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Cedo a palavra ao México e ao Peru.

Estou informado de que logo que terminemos a reunião do Comitê, vai se reunir a Comissão de Orçamento justamente para discutir esses dois temas, esses temas: questões de salários, de bônus e tudo isso. Eu sugeriria que déssemos a oportunidade à Comissão de Orçamento para ter essa reunião e que incluíssemos como tema de próxima reunião do Comitê, que terá que ser ainda agora, talvez na semana de 11, na outra semana, antes do final do mês, uma definição, tomar uma decisão sobre esta questão.

Hoje tentaríamos saber e creio que deveríamos dar a oportunidade à AFALADI de fazer uma apresentação, é o mínimo se eles quiserem se manifestar, poderíamos somente escutar, é uma questão de escutar e chega no momento certo porque justamente a Comissão de Orçamento vai se reunir e teríamos uma outra reunião de Comitê em que poderíamos discutir, caso a Comissão de Orçamento não tome, não chegue a um consenso neste aspecto, teríamos que chegar a uma solução na próxima reunião do Comitê que teria que ser ainda neste mês de dezembro. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Luiselli Fernández). Sim, Presidente. Como o senhor disse, creio que temos que escutá-los, têm todo o direito de serem escutados e com muito prazer minha Representação aceita que exponham seus pontos de vista.

Gostaria de assinalar duas coisas, evidentemente não há consenso aqui e não seria muito prudente forçar que agora tivéssemos que tomar uma decisão. A posição do México, que creio foi invariável, atendemos as necessidades salariais dos funcionários da ALADI, e creio que devemos dizer que em todos lados houve problemas de erosão salarial, nas nossas Embaixadas, nas nossas Chancelarias, nos nossos países, estamos vivendo uma época muito complexa, e não é privativa desta Organização, mas de muitas outras, e ainda dos países.

Nós tomamos, com muita seriedade, a Sentença do Tribunal Administrativo e favorecemos uma solução definitiva, uma solução que evite esta questão muito desgastante para os funcionários e para nós que cada ano há uma espécie de situação de emergência e devemos decidir cada ano até que depois venha uma solução de mais fundo que não vem, como manifestou o Embaixador Vera Manzo, há muitos, muitos anos. Então, creio que é o momento de buscar uma solução definitiva e pegar o touro pelos chifres.

Não se trata deste ano de desfavorecê-los, trata-se de já buscar uma solução de fundo. A proposta do Equador é muito atendível, mas apenas agora a estamos escutando e tem implicações que merecem ser consultadas, não apenas entre nós, mas também as Chancelarias. Por isso, proponho que neste momento não é prudente nem conveniente postular-nos a um bônus, etc, mas manter aberta a discussão de forma permanente e buscar já soluções definitivas que evitem estas despesas. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. O Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. O Peru, como todas as Representações, favorece também um mecanismo de ajuste salarial, obviamente nesse tema devemos avaliar que tipo de mecanismo de ajuste salarial estamos falando. Devido a todo o entorno internacional, não favorecemos um mecanismo salarial, senhor Presidente, que implique um incremento de contribuição, pelo menos, por enquanto.

Quanto ao bônus, senhor Presidente, na reunião de Alternos a Representação do Chile foi muito clara ao assinalar que nos procedimentos transitórios o Tribunal se declarou não competente, isto é, um mecanismo que podemos resolver se dar ou não, mas não é que tenha sido desqualificado pelo Tribunal, o Tribunal não desqualificou o bônus, portanto, está na nossa competência poder outorgá-lo ou não.

Creio que, considerando a conjuntura e a preocupação da Associação da ALADI, dos trabalhadores, creio que seria uma boa solução temporária, também coincido com muitas Representações que esta solução não é a ideal, nem dista de ser um mecanismo sério, mas, de todas formas, diante da conjuntura e enquanto é adotada uma decisão sobre o mecanismo de ajuste, creio que pode ser útil para todos, tanto para as Representações, como para os trabalhadores. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Peru. Então, eu convidaria o Representante da AFALADI, que venha ao Comitê para fazer sua exposição e nós o escutaríamos e eu pediria que fosse minutos. Muito obrigado.

Sua exposição teria 5 minutos. Obrigado.

Associação de Funcionários da ALADI. Bom-dia. Muito obrigado por receber-nos. Nossa apresentação é curta, não queremos desta vez reiterar cifras e dados sobre a evolução salarial que já estão na mesa e que sabemos bem que estão claras. Esta é uma Delegação designada em uma Assembleia de Funcionários que esteve funcionando na manhã e que continuará também amanhã seu funcionamento.

Esta Assembleia foi convocada por um sentimento, digamos, de mal-estar, pois tínhamos cifradas as esperanças de que ontem a Comissão de Orçamento por Programas analisasse o tema do bônus, depois de uma longa espera que os funcionários tivemos quanto a que a Comissão se manifestasse sobre este tema. Porém, ontem não foi tratado, isto gerou mal-estar em geral e preocupação, preocupação porque sabemos agora que o tema provavelmente possa ser tratado hoje em Comissão de Orçamento, mas não sabemos agora quando entraria em um próximo Comitê, então, esse foi o contexto em que foi convocada a Assembleia e esta delegação veio aqui basicamente para transmitir uma solicitação aos países, é a solicitação de uma busca e uma rápida resposta à solução do tema do bônus.

Estamos enfocados neste momento especificamente em uma solução transitória após um ano e meio de perda de poder aquisitivo salarial sem nenhum tipo de ajuste, então, basicamente o pedido da Assembleia é uma rápida resposta, isto implica solicitar à Comissão de Orçamento por Programas que este tema seja priorizado hoje, sabemos que tem uma agenda completa mas pedimos, fazemos esta solicitação de priorizar este tema e solicitamos, por sua vez, ao Comitê de Representantes algum mecanismo, alguma forma rápida também de resolver isto, porque não sabemos quando se reuniria novamente.

Para facilitar uma solução, ontem, a Associação de Funcionários apresentou e entregou ao Presidente da Comissão de Orçamento uma proposta, uma proposta de bônus

que a formulamos e que agora estamos pedindo que seja entregue a todos os países com o espírito de contribuir para a busca de uma solução, realmente em um documento que também entrou nessa Comissão, nós demonstrávamos a magnitude da perda no ano e meio sem nenhum tipo de ajuste.

Não obstante, a nossa proposta separa para a quantia a ser solicitada, no cálculo que a Secretaria faz, que nós consideramos que é baixo e que não é consistente com outras Resoluções tomadas pelo Comitê, não obstante, estamos fazendo isso, uma proposta considerando as dificuldades econômicas para que contemplem, para que possa ser contemplado e possa servir como uma solução a ser adotada.

Então, não vou explicar, é muito simples a proposta, está formulada em termos justamente como uma solução simples do bônus para não criar complicação, mas que seja uma quantia viável, que possa ser atendido porque sabemos que alguns países tinham restrições de não tocar o Fundo de Capital de Giro, que pudesse ser atendido com as economias deste ano e que fosse solidário, que atendesse mais os Funcionários de menor renda. Em definitiva, a solicitação que estamos propondo, nós, os Funcionários, e que estamos atentos a que os senhores possam fazer, é resolver com urgência, em ter uma resposta sobre este mecanismo, o bônus.

Sabemos que há muitos outros temas relacionados, muitos outros temas importantes, nós também reclamamos outras soluções de fundo, mas neste momento para os Funcionários o assunto de fundo é, de alguma forma, melhorar o que foi em um ano e meio a perda de capacidade aquisitiva.

Então, se meus companheiros não tiverem nada para agregar, essa é a proposta dos Funcionários.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Um comentário apenas, gostaria de dizer que não há razão para uma situação de mal-estar porque, como o senhor sabe, o Comitê e os representantes de cada uma das Representações têm trabalhado com muita dedicação para alcançar uma solução para esta questão dos salários.

Quanto à proposta, agradecemos a solução e a decisão do Comitê será tomada, seja por um bônus, seja por um aumento de salários, seja por nenhum, mas estamos empenhados em conseguir uma solução, então, a situação de mal-estar, não há razão, não se justificaria. Isso é o que queria manifestar.

Muito obrigado e continuamos, vamos ter uma reunião de Comissão de Orçamento justo agora, então, estamos empenhados. Obrigado.

Alguma observação? Podemos encerrar a reunião do Comitê, inclusive, para dar espaço.

Falta um tema, diz a Secretária. Tem a palavra o Subsecretário.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). É uma questão, digamos, rápida. Como os senhores sabem, estamos organizando ou estamos preparando um projeto de agenda para celebrar os 50 anos do processo de integração, 30 anos da ALADI mais 20 da ALALC.

Nesse âmbito tínhamos pensado convocar uma reunião de Adidos Culturais das Missões, então, gostaríamos de informar-lhes esta situação e se não houver objeção

estariamos convocando para a semana próxima os Adidos Culturais das Embaixadas. Obrigado.

PRESIDENTE. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Obrigado, Presidente. Peço desculpas porque a verdade é que minha intervenção tinha a ver com a exposição da AFALADI, nós, como Representação, preferimos esperar a posição deles para emitir nossa opinião.

Queríamos resgatar alguns elementos, algumas considerações que poderia fazer o representante dos trabalhadores, e simplesmente, visto que vai se reunir a Comissão de Orçamento, gostaria de manifestar que a Representação do Chile tem um olhar já quase conformado quanto a esta matéria e consideramos que há um ponto em que está passando o tempo e não estamos tomando uma decisão, e finalmente parece, do ponto de vista dos funcionários da ALADI, por apresentar um conceito muito global e esperar que haja uma decisão compreensiva, finalmente não está sendo oprimido nada e o tempo está passando e parece que não vamos tomar nenhuma Resolução.

O Funcionário da AFALADI manifestava que quer uma resposta quanto ao tema do bônus, além das considerações de cada um, o que é claro que uma resposta existe e a resposta é que não há consenso e, portanto, fazendo um chamado a um ato de pragmatismo, a verdade é que o que parece razoável é concentrar-se no que urge e o que urge é o tema da Sentença do Tribunal.

Portanto, eu, como Representação do Chile, gostaria de chamar este exercício de pragmatismo, entender que quando não há consenso, não é possível finalmente obter e esta é a dinâmica de uma Associação deste tipo e, portanto, concentrar-nos no que nos corresponde e tomando ali alguns dos elementos da proposta do Equador, de Cuba inclusive, mas concentrar-nos definitivamente no ajuste, creio que é o razoável e o que nos vai permitir ter um resultado a curto prazo antes do fim do ano.

Se propomos que é desde a partida e como condição necessária o tema do bônus, vamos ficar aí e não vamos avançar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Equador por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bom, muito curto porque o Representante do Chile se adiantou. Sou da ideia de concentrar-nos no tema de fundo que eternamente se apraza e isso não necessitamos 6 meses, nem 3 meses, nem 1 mês, podemos resolver isso agora ou, no máximo, na próxima sessão.

Algum mecanismo existente, demos uma solução que dure alguns anos e não esta questão que não fala bem de nós como latino-americanos diante de outros organismos internacionais. Esta solução provisória sem tomar soluções permanentes de longo prazo, não necessitamos consultores para tomar essa Resolução.

Não quero falar mais, mas creio, senhor Presidente, que na próxima sessão devemos, a Reunião de Alternos tampouco pode ser eterna, se nunca será resolvida por via de Alternos, há uma data que pode ser a próxima sessão e acabou e o resto verá se há consenso ou não, mas não podemos continuar e continuar nesses temas; devemos centrar-nos nisso e não no tema do bônus.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Sim, na próxima reunião do Comitê, em duas semanas, teremos que tomar uma decisão sobre isto e temos três possibilidades: o bônus, o reajuste ou nenhum acordo a esse respeito.

Podemos concluir nossa sessão de hoje? Bom, muito obrigado e vamos fixar a data da próxima reunião do Comitê, não para a semana próxima, mas para a quarta-feira seguinte. Está bem assim?

Muito obrigado. Bom-dia a todos.
